

A LÓGICA GERENCIALISTA E SUA INFLUÊNCIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ NA PANDEMIA DA COVID-19

JUSTUS, Michéle Barreto (UEPG)
pedagogamichelle@yahoo.com.br

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira (UEPG)
marybrandalise@uol.com.br

1 Introdução

Este trabalho apresenta uma pequena parte dos estudos iniciais de uma pesquisa de doutoramento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR, na linha de História e Política Educacionais.

Objetivando analisar a política educacional do Paraná desenvolvida no contexto da pandemia da COVID-19 (2020-2021) a partir da avaliação de pedagogos de escolas públicas da rede estadual dentre os 32 Núcleos Regionais de Educação (NRE), a pesquisa teve como instrumento de coleta de dados um questionário *on-line* enviado aos pedagogos atuantes no período pandêmico, composto por 11 questões abertas e 27 fechadas, que versavam sobre temas referentes às ações implementadas nas escolas estaduais durante os anos de pandemia. Além do questionário, também foi feita a análise documental dos 43 documentos emitidos pelos órgãos oficiais e fiscalizadores (como a SEED – Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná, o CEE – Conselho Estadual de Educação, e até mesmo a SESA – Secretaria de Saúde do Paraná).

Para a fundamentação teórica da pesquisa original, tomou-se por base os estudos de avaliação de políticas e programas educacionais (AFONSO, 2007; FERNANDES, 2010); e de política educacional de Mainardes (2006, 2009, 2018), e para a sistematização dos dados obtidos, no que tange a análise dos dados, foi empregada a Análise Textual Discursiva (ATD).

Isto posto, este trabalho destaca um recorte do questionário, enfatizando uma das questões abordadas: ‘Você acredita que as exigências advindas da mantenedora (SEED)

influenciou/direcionou de alguma maneira a configuração/ reconfiguração da atuação/ papel do pedagogo?’

As respostas foram organizadas em unidades de análise (categorias), que refletem a ideia principal ou mais recorrente nas falas dos pedagogos, sendo tabuladas da seguinte maneira: A1: Aumento de burocracia no trabalho do pedagogo (negativo); A2: Apoio ao trabalho do pedagogo (positivo); A3: Aumento da demanda das ações no interior da escola; A4: Ênfase em análises quantitativas/estatísticas; A5: Postura autoritária da SEED (caráter gerencialista de gestão); A6: Outros.

A intenção de apresentar as respostas a esse questionamento traz consigo o que há muito tempo se tem como regra nas políticas educacionais do país, e não diferente no estado do Paraná: uma política educacional com um viés empresarial, gerencialista e performativo.

2 Desenvolvimento

O gerencialismo não é novidade na administração pública. Desde os anos de 1970, e mais fortemente a partir da década de 1990, o contexto educacional brasileiro vem se moldando a essa perspectiva que, via de regra, busca incansavelmente as características adotadas pela lógica empresarial: menos custos, mais produtividade, menos tempo.

Nas palavras de Cossio (2018), a perspectiva dessa forma de administrar, denominada como Nova Gestão Pública (NGP), traz consigo modificações significativas para o contexto e política educacional. É possível perceber “transformações de caráter institucional (caracterizados pela competitividade, concorrência, avaliação por resultados, meritocracia, planejamento estratégico, eficiência, eficácia), especialmente com o enfoque da participação da sociedade civil”. (CÓSSIO, 2018, p.67).

Ao encontro dessa concepção, Junior e Gisi (2022) destacam que o gerencialismo atingiu a realidade educacional especialmente com a Reforma do Estado dos anos de 1990, quando a ótica empresarial foi transferida para o contexto educacional.

Nesse íterim, é preciso ressaltar que essa concepção mercadológica e empresarial, transposta à realidade escolar, conflita com a natureza educacional: aqui o

objetivo não é somente ganhar, competir, ser o mais eficiente ou eficaz, reduzindo tempo e custos; o objetivo da educação é, em primeira instância, formar cidadãos capazes de perceber, refletir e transformar o seu mundo; ou seja, os fins da educação e do mercado são muito distintos.

Dito isto, faz-se necessário analisar a concepção educacional e suas respectivas ações na realidade educacional, principalmente se forem consideradas as observações feitas por aqueles agentes que vivem dentro desta realidade; por isso, as análises feitas pelos pedagogos da rede pública estadual de educação do Paraná se tornam tão relevantes.

No caso do estado do Paraná, a *política* educacional é constituída por diversos *Programas* educacionais, tais como Brigadas escolares, Canal do Professor, Celem, Colégios Cívico-Militares do PR, Escolas Cívico-Militares do PR, Formadores em Ação, Jovem Senador, Jovens Embaixadores, Mãos Amigas, Se Liga! e Transporte Escolar, e outros projetos e ações pedagógicas, como Tutoria Pedagógica, Aluno Monitor, Presente na escola, Redação Paraná, Aula Paraná, Inglês Paraná, plataforma Power B.I., Prova Paraná, entre outros.

Aliado à implementação de novos programas, projetos e plataformas, o atual governo estadual pautou suas ações e preocupações numa busca incessante por estatísticas e índices a serem superados semanalmente. Essa característica é fortemente marcada na fala dos respondentes, e caracteriza o pensamento gerencialista do referido governo.

Exemplo disso são as falas dos pedagogos (identificados aqui como “P”), quando questionados se ‘Você(pedagogo) acredita que as exigências advindas da mantenedora (SEED) influenciou/direcionou de alguma maneira a configuração/reconfiguração da atuação/ papel do pedagogo?’; as respostas abaixo exemplificam as mudanças e a lógica gerencialista imposta à realidade educacional.

“Esse modelo de tutoria **está calcado na perspectiva empresarial**. O que importa é a quantificação (números) em detrimento da qualidade do ensino. Trata-se de um sistema que invade e cerceia a liberdade das instituições de ensino organizarem o trabalho pedagógico. Pode-se inferir que os efeitos dessa política são, no mínimo, danosos”. (P1 – grifo nosso)

“Ocorreu um aperfeiçoamento do **perfil gerencial** é um incremento da função fiscalizatória do trabalho da equipe pedagógica. Somada a isso, procurou-se municiar esse profissional com um “kit de utilidades” pedagógico, sendo os aspectos metodológicos foram muito além do

necessário, tornando-se um fim em si mesmo, na perspectiva cartorial de promover a aprovação a qualquer custo. Sobrou pouquíssimo tempo para, por exemplo, analisar o barateamento do chamado “currículo priorizado” em detrimento do currículo básico anterior”. (P5 – grifo nosso)

As respostas advindas dos pedagogos da rede pública estadual versam, claramente, sobre a concepção empresarial-gerencialista adotada pelo governo estadual atual e que foi colocada como regra nas ações pedagógicas das escolas da Educação Básica, ignorando a perspectiva de formação crítica e transformadora da educação.

3 Considerações Finais

Diante dos depoimentos apresentados, observa-se que os pedagogos têm a percepção de que a política educacional implementada durante a pandemia não só trouxe novas exigências e reconfigurou o trabalho do pedagogo na escola, mas também assumiu um perfil marcadamente gerencialista e performativo, voltado à melhoria de índices e desempenho das escolas a qualquer custo, na melhor representação do que é uma lógica gerencialista e de performatividade. Como reforçam Junior e Gisi (2022, p.9) “a orientação por resultados e controle, bem como mediante a prática da supervisão técnica, o uso da hierarquia direta e a responsabilização dos agentes, com performance de todos os envolvidos” (JUNIOR e GISI, 2022, p.9) são marcas da lógica empresarial-gerencialista, evidentemente presentes na política educacional paranaense.

Referências

BALL, Stephen. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

CÓSSIO, Maria de Fátima. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Educação**, v. 41, n. 1, p. 66-73, 2018.

DRAIBE, Sônia Maria. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M. C.; CARVALHO, M. C. (Org.). **Tendências e perspectivas da avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 13-42.

FERNANDES, Domingos. Avaliação de programas e projetos educacionais: Das questões teóricas às questões das práticas. In: FERNANDES, Domingos. (Org.).

Avaliação em educação: Olhares sobre uma prática social incontornável. Pinhais: Editora Melo, 2011. p. 185-208.

JUNIOR, Haroldo Andriguetto; GISI, Maria Lourdes. Gerencialismo e performatividade: influências na prática da gestão educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 38, 2022.